

Recensão ao livro de Andrea Peniche *Elas Somos Nós: O Direito ao Aborto como Reivindicação Democrática e Cidadã*. (Porto, Afrontamento, 2006)

Ana Luísa Amaral
Universidade do Porto
Faculdade de Letras

«AS PALAVRAS SÃO PROPÓSITOS, AS PALAVRAS SÃO MAPAS»

Penso que pensaste não haver lugar nenhum como esse para ti, e talvez não houvesse nenhum então, e talvez não haja nenhum agora; mas teremos de o fazer, nós que queremos o fim do sofrimento, que queremos mudar as leis da história, se é que não queremos *entregar-nos*.

Adrienne Rich, 1983

Vivermos juntos no mundo significa essencialmente que há um mundo de coisas entre aqueles que o têm em comum, como uma mesa está colocada entre aqueles que se sentam à sua volta; o mundo, como qualquer intermediário, relaciona, ao mesmo tempo que separa, as pessoas.

Hannah Arendt, 1958

Em 1973, Adrienne Rich, poeta e ensaísta feminista norte-americana, publicava um livro intitulado *Diving into the Wreck* [*Mergulhando no barco naufragado*]¹. O poema que dava o título ao livro reivindicava, servindo-se de uma complexa rede metafórica, o direito da mulher a escolher a sua própria vida. É dele que me irei aqui servir, também como metáfora, para falar um pouco do livro de Andrea Peniche. O poema de Adrienne Rich começa assim:

Tendo primeiro lido o livro dos mitos,
e carregado a máquina fotográfica,
e experimentado o fio da navalha,

1 Adrienne Rich, *Diving into the Wreck: Poems 1971-1972*, Norton, 1973. Sirvo-me aqui da tradução de Maria Irene Ramalho e Mónica Varese Andrade, *Uma paciência selvagem: poemas de Adrienne Rich*, Lisboa, Cotovia (no prelo).

ponho
 a couraça de borracha preta
 as barbatanas absurdas
 a máscara austera e sem jeito.
 Estou a ter de fazer isto
 não como Cousteau e a sua
 equipa assídua
 a bordo da escuna inundada de sol
 mas aqui sozinha.
 (...)

Adrienne Rich escrevia a partir da América dos anos 70 do século passado. Ao fazê-lo, falava também a partir de uma consciência transnacional, só possível pela variedade de mutações sociais que atingia o ocidente. Essa consciência (motor dos movimentos de contestação) atingia igualmente Portugal e culminaria, no ano seguinte, no 25 de Abril. Sirvo-me, então, deste poema de Rich para falar do livro de Andrea Peniche, porque há neste, tal como no sujeito poético de «Mergulhando no barco naufragado», uma muito forte atenção arqueológica e também a percepção de que o trabalho proposto é construído num espaço de contrapoder.

Essa atenção arqueológica pode ser detectada na primeira parte que compõe o livro, «Aborto, a ponta de um imenso icebergue», onde a autora contextualiza historicamente o aborto, através de um levantamento e de uma análise dos discursos produzidos em Portugal e na comunidade internacional. Porém, apelando «a algumas propostas críticas feministas (...), [que] coloca[m] a discussão do aborto como um analisador epistémico do género» (Peniche, 2006: 12), como escrevem as autoras do prefácio, Fernanda Henriques e Gabriela Moita, e recorrendo, sobretudo, aos modelos teóricos desenvolvidos por Nancy Fraser e Yris Young, Andrea Peniche ultrapassa já nesta primeira parte a dimensão arqueológica, para problematizar as diversas formas de concretização do pensamento patriarcal e preparar propostas de superação.

A segunda parte do livro, «O que falar quer dizer», trabalha os discursos produzidos aquando da discussão parlamentar sobre o aborto, em 1998, que levaria ao primeiro referendo, no mesmo ano, sobre aquele que tem sido um dos temas mais fracturantes da sociedade portuguesa. Esta segunda parte é uma lucidíssima análise dos argumentos que presidiram ao debate sobre o aborto e dos valores éticos e morais que os estruturaram, sustentados pela definição do conceito de pessoa. Dessa segunda parte começo por citar o seguinte passo: «A linguagem traduz e reproduz os valores da cultura dominante de um determinado tempo histórico. A forma como pensamos os conceitos e as categorias que dão sentido e significado ao mundo são fornecidos pela linguagem, sendo que esta não é o resultado de nenhum processo natural de significação mas antes o resultado de um processo complexo de convenções enformado pelas regras do poder prevaletente. Mas estarão as mulheres condenadas a integrar a lógica do poder prevaletente» (*ibidem*: 98). Volto ao poema de Rich:

(...)
 Há uma escada.
 A escada está sempre ali
 pendendo inocentemente
 encostada à borda da escuna.
 Sabemos para que serve
 nós que já a usámos.
 (...)

Esta escada representa justamente a rede de convenções, valores, saberes impostos ou aprendidos sobre os quais assenta a ideologia dominante. A leitura de Andrea Peniche explicita a atitude de permanente vigilância sobre a linguagem, propósito necessariamente contido numa abordagem feminista. Eloquentemente, a autora serve-se de figuras femininas da mitologia e do imaginário cristão, para, através delas, repensar os argumentos e os valores sustentadores do debate. É assim que estas figuras funcionam como uma espécie de hipotexto para o que foi história dentro da História: Maria é construída para excluir Afrodite; Cassandra é excluída do poder simbólico patriarcal; finalmente, Antígona ilustra o conflito entre o pessoal e o político. «O aborto é assunto de consciência individual e não objecto de um código moral externo. (...) O Estado democrático é pois aquele que resolve o dilema de Antígona: o confronto entre as leis do Estado e a consciência individual» (*ibidem*: 120), pode ler-se. Mudar a lei seria recolocar Afrodite no lugar do desejo, seria devolver a Cassandra a sua voz, seria resolver o problema de Antígona. Sem o dizer, parece-me que Andrea Peniche antecipa as mais recentes teorias sobre a figura de Antígona² que a lêem como afirmando-se, paradoxalmente, no espaço da interrogação: interrogar a sexualidade é também interrogar o Estado e os discursos hegemónicos por ele produzidos.

O que me conduz à terceira parte do livro, «Superando a perspectiva do corpo como campo de batalha: dimensionar o aborto no campo dos direitos». Nesta terceira parte, Andrea Peniche propõe uma relocalização dos discursos sobre o aborto, situando-o dentro do quadro mais lato dos direitos humanos. O direito ao aborto coincide com o direito à cidadania plena. Por isso, como se lê nos títulos de dois dos pontos desta parte, para «refundar a cidadania», é necessário criar uma «gramática inclusiva do conceito de cidadania» (*ibidem*: 175-177), tal como para «refundar a democracia», é necessário lutar por uma «democracia participativa» (*ibidem*: 180-182).

(...)
 Este é o lugar.
 E aqui estou eu, a mulher-sereia cujo cabelo escuro

2 Cf. Judith Butler (2000). *Antigone's Claim: Kinship Between Life & Death*, Columbia University Press.

escorre negrume, o homem-sereia em seu corpo couraçado
 Nadamos em círculos em silêncio
 à volta do barco naufragado
 mergulhamos no porão.
 Eu sou aquela: eu sou aquele
 (...),

escreve Adrienne Rich. «Elas Somos Nós» – é esta a formulação feliz que Andrea Peniche encontrou para falar de «um nós social e colectivo» sujeito à violência de uma lei cujo «modelo de construção social e os sentidos de regulação que nela estão contidos (...) violentam a todas e todos» os que se mobilizam e comprometem «com a transformação social emancipatória e com a construção de um mundo outro, justo e solidário» (*ibidem*: 17).

Num artigo intitulado «At the Table with Arendt»³ (de cuja epígrafe, de resto, me emprestei para a minha segunda epígrafe), Katherine Adams defende a necessidade de criar novos modelos de discursos políticos, ao situar-nos num tempo em que, ultrapassadas as políticas de identidade, se procuram estruturas de coligação que liguem identidades e agendas diversas. Depois da vitória, no referendo de 11 de Fevereiro de 2007, do Sim à despenalização do aborto, poderia parecer que o livro de Andrea Peniche está desactualizado. Todavia, bastaria o facto de ele ser um documento simultaneamente histórico e de reflexão sobre os vários lugares em que se exerce o poder do pensamento e da prática subjacentes à sociedade patriarcal com vista ao controlo da sexualidade da mulher, para o inscrever nessa zona de novidade que reconceptualiza as noções de democracia e cidadania. Por isso é possível à autora, partilhar o optimismo da afirmação de Aldaíza Sposati: «O próprio facto de discutir um novo paradigma é o começo da sua construção e possibilidade» (*ibidem*: 184).

Como última reflexão para a leitura deste livro, que sabiamente alia a limpeza da escrita a belas epígrafes e a um grande rigor científico, retomo o final do poema de Adrienne Rich:

(...)
 Nós somos, eu sou, tu és,
 por cobardia ou coragem
 quem encontra o seu caminho
 de volta a esta cena
 trazendo uma faca, uma máquina fotográfica
 um livro de mitos
 onde
 os nossos nomes não aparecem.

3 Katherine Adams (2002). «At the Table with Arendt: Toward a Self-Interested Practice of Coalition Discourse», *Hypatia*, vol. 17, n.º 1, Winter, pp. 1-33.

Tal como neste passo do texto de Rich, o que o livro de Andrea Peniche me parece trazer é a revisão de uma História que conduza à criação de um espaço outro, alicerçado, todavia, em experiências humanas comuns. «As palavras são propósitos, as palavras são mapas», podia ler-se ainda no poema. Mergulhar, por entre o silêncio, até ao navio naufragado, levando uma faca, uma máquina fotográfica e um livro de mitos é também rever os mitos (neste caso, esse que funda o poético, o de Orfeu, e o do moderno explorador Jean-Jacques Cousteau), é dar voz a uma nova subjectividade, consciente do privilégio verbal, dividida entre saber que a *palavra* pertence ao opressor, mas que é também o meio mais poderoso, ainda que frágil, de expressão e de partilha.

Talvez assim possam finalmente os nossos (humanos) nomes aparecer.